

ENTRE DEVOÇÃO E EXPRESSÃO POPULAR: UM ESTUDO SOBRE O PATRIMÔNIO NO PÁTIO DE SÃO PEDRO EM RECIFE-PE

*BETWEEN DEVOTION AND POPULAR EXPRESSION: A STUDY OF HERITAGE IN THE SÃO
PEDRO COURTYARD IN RECIFE-PE*

Josebias Costa do Nascimento Neto

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, UFPB, Brasil.
josebias.nascimento@academico.ufpb.br

Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha

Professora Doutora, UFPB, Brasil.
mtide1606@gmail.com

Pedro Henrique Cabral Valadares

Professor Doutor, UPE, Brasil.
arq.pedrovaladares@gmail.com

Ana Lúcia Francisca da Silva

Arquiteta Urbanista, ESUDA, Brasil.
contatoanalucia2018@gmail.com

RESUMO

Este estudo se concentra no contexto do patrimônio cultural, com o objetivo de fornecer percepções sobre a incorporação de manifestações populares em ambientes tradicionalmente hieráticos, tendo como objeto empírico da pesquisa o pátio de São Pedro, no Recife-PE. Com o objetivo de compreender em que medida essas atividades culturais atuam como agentes fomentadores da preservação desse local, essa pesquisa se debruça sobre a história, festividades e os usos do pátio ao longo de sua existência. Como resultado obtido neste trabalho, elenca-se as transformações de uso e ocupação do solo através das mudanças e permanências, aqui mostradas desde 1950 até os dias atuais, como fator determinante para a sustentabilidade futura deste local histórico. O pátio enquanto um lugar histórico e de memória, além de servir como palco para manifestação da cultura pernambucana, luta contra a ameaça do apagamento proposto pelo elevado percentual de imóveis vazios ou subutilizados em seu entorno; portanto demanda uma ação conjunta entre as esferas competentes para que haja uma efetiva e cautelosa intervenção com o propósito de perenizar essa faceta histórica da identidade da cidade do Recife.

PALAVRAS-CHAVE: Pátio de São Pedro. Recife. Pernambuco.

ABSTRACT

This study concentrates on the context of cultural heritage, with the aim of providing insights into the incorporation of popular manifestations into traditionally hieratic environments, focusing on the São Pedro courtyard in Recife-PE. With the aim of understanding the extent to which these cultural activities act as agents that promote the preservation of this place, this research focuses on the history, festivities and uses of the courtyard throughout its existence. As a result of this work, the transformations in land use and occupation through change and permanence, shown here from 1950 to the present day, are a determining factor for the future sustainability of this historic site. The courtyard, as a place of history and memory, as well as serving as a stage for the manifestation of Pernambuco culture, is fighting against the threat of obliteration proposed by the high percentage of empty or underused properties in its surroundings; it therefore requires joint action between the competent spheres so that there is an effective and cautious intervention with the aim of perpetuating this historical facet of the identity of the city of Recife.

KEYWORDS: Pátio de São Pedro. Recife. Pernambuco.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se debruça sobre a área do patrimônio cultural, no que tange às mudanças e permanências, bem como as transformações, que envolvem a herança, a história e seus respectivos valores envoltos no pátio de São Pedro em Recife-PE. tem como objetivo geral compreender de que maneira o referido pátio, enquanto um patrimônio material reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), permanece como um polo de atração de manifestações culturais (patrimônio imaterial), que, embora mutáveis ao longo do tempo, têm dado sustentação à preservação desse espaço histórico urbano. Tem-se como hipótese que a perspectiva da conservação desse lugar reside nesta relação simbiótica de uso e apropriação observados entre o patrimônio edificado e imaterial.

Localizado na área central do Recife, o pátio de São Pedro possui em sua vizinhança edificações religiosas e comerciais de referência histórico-paisagísticas da cidade, como o mercado de São José, a Basílica da Penha, a Basílica da Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora do Livramento, além da Concatedral de São Pedro dos Clérigos, esta última localizado no próprio pátio e responsável pelo seu surgimento. Concebido inicialmente como extensão da Igreja e posteriormente consagrado como um espaço público, o pátio é utilizado cotidianamente para atividades comerciais e de serviços, além de ser um grande palco para os ciclos festivos, tradicionais e de celebrações populares.

Enquanto concentrador de fluxo e significância, o pátio de São Pedro recebe atividades culturais de todo o estado de Pernambuco, principalmente nos eventos festivos do ano (páscoa, festas juninas, carnaval, natal, etc). As relações estabelecidas entre essas manifestações culturais e o patrimônio edificado do pátio, nos oportuniza analisar sob a ótica da permanência dessas atividades, sua relevância histórico-artística, bem como a sua resistência identitária, enquanto cultura popular, como um meio efetivo de promover a manutenção e preservação dos valores envoltos no local estudado.

Por meio dessas observações empíricas preliminares, constata-se que a dinâmica de uso do pátio de São Pedro possui alternâncias que o torna um lugar distinto dos demais pátios da cidade. Os demais pátios do entorno podem ser considerados espaços de destino nos dias comuns, visto que se configuram como locais tradicionais de comércio e serviços, e pouco recebem eventos culturais. Esta distinção de uso do pátio de São Pedro em relação aos outros pátios da cidade nos remete à questão principal da pesquisa, que indaga sobre de que maneira essas manifestações culturais populares atuam como agentes fomentadores da preservação do mesmo enquanto patrimônio material e imaterial da cidade do Recife.

Mediante isso, o presente artigo versará inicialmente sobre a história do pátio, desde sua gênese junto às irmandades, que exercem um papel fundamental na formação e crescimento da cidade; até as festividades sagradas e profanas promovidas no local. Seus usos e apropriações, bem como seu alarmante problema envolvendo imóveis vazios ou subutilizados são elencados ao final com a finalidade de ressaltar a importância da continuidade de estudos sobre essa temática de forma integrada, hoje constantemente observada em dissonância, tendo em pauta não somente os fatores visíveis e palpáveis do monumento ou conjunto, mas também por tudo aquilo que se descobre vivo neles e com um enfoque especial na manutenção dos valores envolvidos, seus respectivos usos e a preservação de nossa história, nossa identidade e nossa memória enquanto seres urbanos.

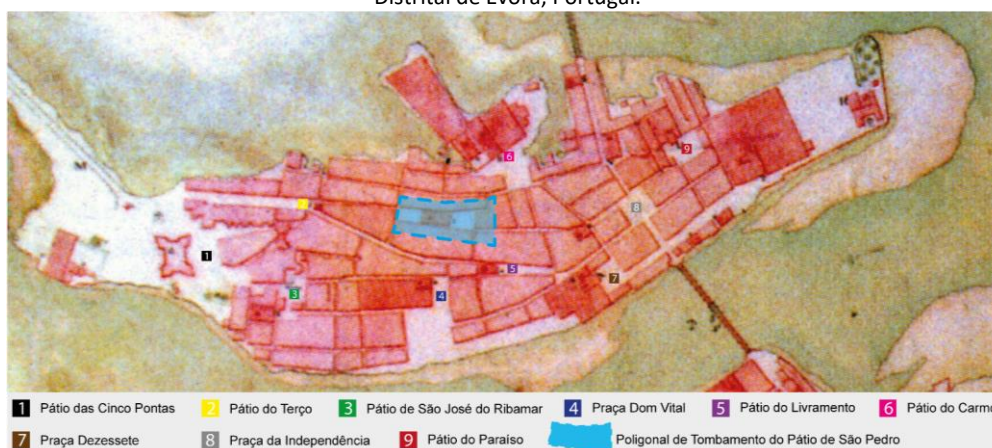
1 O PÁTIO DE SÃO PEDRO: DO PRINCÍPIO A ETERNIDADE

Situado no seio histórico da cidade do Recife, o pátio de São Pedro dos Clérigos consiste num pequeno conjunto urbano, constituído por um casario, com uma linguagem arquitetônica que reafirma a superposição de tempos, aos olhos mais atentos, conferindo-lhe uma relevância histórica, social e paisagística para a cidade. O pátio se impõe enquanto documento-monumento¹ do Recife contando histórias dos tempos vindouros, das primeiras intenções de povoamento da Ilha Antônio Vaz, hoje os bairros de Santo Antônio e São José, do crescimento como vila, ao que seria posteriormente a cidade do Recife.

A ocupação da Ilha tem sua gênese ainda no século XVII com a construção do convento Franciscano de Santo Antônio, em 1606, e outras poucas edificações. É, portanto, caracterizado por um processo lento de crescimento, até o momento da ocupação holandesa, entre 1630 e 1654 (FIDEM, 1978). Observando a igreja de São Pedro dos Clérigos, foco do presente artigo, é construída a partir de doação de terras por fiéis desta irmandade. Foram seis imóveis ofertados, além de uma horta, situada no final da igreja em seus primórdios. O pátio situa-se entre a Rua das Águas Verdes (antiga Rua Lomas Valentinas), Rua de São Pedro (antiga Travessa de São Pedro) e a Rua Felipe Camarão, antiga Rua Henrique Dias (MENEZES, 2017). Percebemos na Figura 1, no mapa de 1778, a demarcação espacial desse tecido urbano em construção.

Aponta Moura Filha (2009, p. 367) que existindo a Irmandade dos Clérigos desde o ano de 1700, somente em 1719 “resolveu construir a sua igreja, iniciada nove anos depois. A pedra fundamental foi lançada em 3 de maio de 1728, estando a capela-mor concluída, em 1729, e o corpo da igreja, em 1759”. As obras se prolongaram até 30 de janeiro de 1782, quando foi realizada a sagração. (MENEZES, 1984, p. 8)

Figura 1 – Plano da Villa do Recife de Pernambuco (recorte), em 1778. Original manuscrito do Arquivo Distrital de Évora, Portugal.



Fonte: MENEZES, 2017; editado pelo autor, 2021.

Nesse contexto histórico, observa-se a presença de 10 (dez) espaços religiosos históricos, com formação de pátio, existentes desde os primórdios da cidade, além de

¹O monumento, enquanto herança de um passado, evoca o que se passou com a finalidade de se perpetuar uma recordação de corte temporal preciso, feito a partir da manipulação dos pesquisadores envolvidos com as ciências do passado (LE GOFF, 2013).

testemunhar as intervenções urbanas que ocorreram no Recife do século XX. No entorno desses pátios e largos das igrejas erigidas em devoção cristã, a retratação da cidade do Recife, mais precisamente a porção sul da ilha Antônio Vaz, em meados do século XVIII é vista sob a luz dos mapas elaborados por Diogo da Silveira Velloso, em 1739. Evidencia-se uma série de construções visando a consolidação urbana da área, conforme apontado por Lira (2021):

Nas bordas de Santo Antônio, os primeiros traços de urbanização naquela direção emergem a partir da Igreja e do Convento do Carmo, concluídos em 1769; da capela de Santa Teresa, de 1710; ou da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, sobre terras doadas à Irmandade dos Homens Pretos ainda em 1654, cuja construção começaria naquele mesmo ano de 1739. Paralelamente, o processo avançava em direção às Cinco Pontas, partindo da Igreja do Livramento, erigida pela Congregação dos Homens Pardos a partir de 1722; da Igreja de São Pedro dos Clérigos, na antiga Rua das Águas Verdes, com risco de 1728; da velha Igreja e do Convento da Penha, demolidos no século XIX para dar lugar à atual igreja; da primitiva Igreja de Nossa Senhora do Terço, por volta de 1732; da Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios, dos pretos e pardos, finalizada em 1796 e demolida em 1971, quando da abertura da Avenida Dantas Barreto; e de alguns outros templos mais modestos, como a antiga capelinha de São José do Ribamar, datada ainda do final do século XVII e de posse da irmandade de artífices e pescadores da região, que daria nome ao bairro no século XIX (LIRA, 2021, p. 09).

Ainda na primeira metade do século XIX ocorreu a instituição da freguesia² do Recife, dividida entre as freguesias de Santo Antônio (ao norte) e a de São José (ao sul) da ilha; estas foram marcadas por forte presença popular, artesanal e pequeno-burguesa, branca, preta e parda, masculina, feminina, livre e liberta. O padrão morfológico desses dois bairros, não se diferenciavam dos padrões originalmente adotados para a área: lotes estreitos, ruas que por vezes se abriam em pátios, casas e sobrados geminados voltados ao comércio e residências (DUTRA; LIRA, 2021).

O protagonismo observado na freguesia de Santo Antônio e São José, junto ao bairro do Recife, seguindo os princípios de uma cidade colonial portuguesa, expressavam-se como a área mais importante da cidade. Logo, segundo Menezes (2022), a organização do território não se dá de forma orgânica, pois:

Numa visão de conjunto, a organização territorial não parece ter sido resultado de uma ocupação acidental e decorrente de crescimento não previsto. Não deve ser fruto de nenhum trabalho de prancheta, isto é, de um estudo prévio, apesar de no Renascimento tal processo ter se instaurado, como ocorrera em 1639... (MENEZES, 2022, p. 25).

A paisagem, outrora bucólica, começa a ser reformada pela iniciativa da Igreja Católica e com anuência do reinado português, por intermédio das ordens monásticas e das irmandades; se propõe a instituir um poderio também religioso no local, reafirmado pelas construções de igrejas, conventos e escolas eclesiásticas.

As ordens terceiras que surgiram em 1696, como a Nossa Senhora do Carmo através da fundação do convento Carmelita, bem como a irmandade do Santíssimo Sacramento e a de

²“Comunidades morais, solidarizadas social, espiritualmente e espacialmente centralizadas por referência a tal ou qual igreja matriz, as freguesias então se constituíam não apenas pela oferta de serviços religiosos, mas por um complexo sistema de reciprocidade e vizinhança... inclusive dotada de certo vigor administrativo.”(LIRA, 2021, p. 9-10)

São Francisco no mesmo ano, desempenharam o papel de reunir e congregar toda a elite da época. Essas, atraíam desde os ricos mascates e poderosos senhores de engenho, até personagens líderes e influentes na política pernambucana, formando assim um elo entre toda a classe aristocrática daquele período. Além disso:

Estas irmandades se faziam representar na paisagem urbana, através das igrejas edificadas pelos ricos senhores das ordens terceiras do Carmo e São Francisco, pelos comerciantes devotos do Santíssimo Sacramento, pelos clérigos da irmandade de São Pedro, ou pelos artífices reunidos sob a evocação de São José do Ribamar (MOURA FILHA, 2009, p. 361).

Sendo o caminho adotado por grupos de semelhantes, em ofícios e condição social, o agrupamento dos devotos em irmandades, confrarias e ordens terceiras; se firma como uma maneira de aproveitar um pouco do prestígio proposto pela religiosidade e principalmente: em defesa dos problemas desse sistema colonial em comum ao qual lhes foram impostos, seja por questões raciais e ou financeiras; além de reunir as pessoas que tinham ofícios entre seus semelhantes.

O estabelecimento de irmandades religiosas no Recife, favorecido pela estreita relação entre a Igreja Católica e a Coroa portuguesa, contribuiu para a consolidação da sociedade que se assentava na vila, que se transformava e crescia. Apesar das dificuldades de obtenção de recursos financeiros e mão de obra adequada, os esforços das irmandades resultaram na construção de igrejas que posteriormente dominaram a dinâmica socioespacial e a paisagem urbana da vila, caracterizada por um conjunto homogêneo de casas e sobrados geminados, aglutinados em território escasso, cuja extensão foi paulatinamente expandida com aterros ao longo dos séculos. (VALADARES, 2022, p. 72).

As irmandades e confrarias, que competiam entre si para construir o templo mais suntuoso, protagonizaram uma rápida ascensão de espaços religiosos entremeados no denso conjunto de sobrados. Assim como em outras cidades coloniais, a influência católica no Recife tornou as igrejas elementos estruturadores e dominantes na malha urbana, tanto no arruamento como na paisagem.

Essas edificações religiosas guiaram o crescimento e a ocupação da cidade, durante muito tempo, chegando a configurar o que hoje definimos como “centralidades urbanas”, enquanto “espaços multifuncionais e autossuficientes que estão localizados em diferentes pontos da cidade”³. À exemplo, a multifuncionalidade dessas igrejas e conventos, até o século XIX, pode estar associada ao fato de que dentro e fora de seu espaço físico, as igrejas desempenhavam múltiplas funções, abrangendo aspectos religiosos, sociais, educativos e de assistência.

Essas funções centrais estão intimamente ligadas aos agentes modeladores que atuam sobre esses espaços, a exemplo da força do agente eclesiástico para configurar espacialmente um espaço religioso, que se expande para o urbano e demarcam no tecido urbano reais unidades de territórios, conforme elucidado por Loretto (2008):

³“São espaços multifuncionais e autossuficientes que estão localizados em diferentes pontos da cidade e que buscam equilibrar a distribuição de equipamentos, emprego, moradia e reduzir custos de deslocamento.” (ALCALÁ, 2019, p. 1)

A divisão espacial em freguesias, e posteriormente em paróquias, assinala claramente a demarcação de uma centralidade e o que ela compreende. Etimologicamente, a palavra freguesia é derivada do vocábulo *fili ecclesiae*, ou filho da igreja. Na acepção utilizada até hoje, freguesia assume o sentido de povoação sob o aspecto eclesiástico. (...) Tanto as freguesias quanto as paróquias constituíam unidades territoriais e religiosas, cuja centralidade era marcada pela presença de uma ou mais igrejas (LORETTO, 2008, p. 14).

A importância dessas igrejas e seus pátios para a vida cotidiana da sociedade e, por consequência, para a formação do traçado urbano do Recife, são temas amplamente abordados na literatura, a exemplo de Freyre que a ele se reportou em obra datada de 1934:

O Recifense não está ligado às suas igrejas só por devoção aos santos, mas de um modo lírico, sentimental: Porque se acostumou à voz dos sinos chamando para a missa, anunciando incêndio, porque em momento de dôr ou aperreio elle ou pessoa sua se pegou com nossa senhora, fez promessa, alcançou a graça, porque nas igrejas se casou, se baptisaram seus filhos e estão enterrados avós queridos.⁴ (FREYRE, 2005, s/p).

A vida comunitária estava centralizada nas igrejas, sendo assim, elas desempenhavam um papel fundamental ao orientar o desenvolvimento e estabelecer a configuração urbana da cidade. Desse modo, além de contribuir na formação dessa centralidade urbana, a Concatedral de São Pedro dos Clérigos, sendo considerada uma joia do barroco brasileiro, foi um dos primeiros monumentos reconhecidos e tombados pelo antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, em função do seu valor histórico e artístico, em 20 de julho de 1938⁵.

Sendo visto como um dos conjuntos arquitetônicos mais monumentais do Brasil, a poligonal de tombamento é composta pela igreja e mais 63 imóveis, entre casas térreas e sobrados que testemunharam o desenvolvimento e expansão da cidade. Extrapolando a proteção do “monumento artístico” e considerando, também, o patrimônio urbano, os primeiros passos voltados a preservação do pátio e seu acervo edificado, teve início em 12 de março de 1965, com medidas voltadas a proteção do entorno do bem tombado pelo conselho consultivo do atual IPHAN, culminando na inclusão do pátio no livro do Tombo Histórico e das Belas Artes, através do processo de ratificação do tombamento da Igreja, com o objetivo de melhor resguardar a integridade do monumento com seus limites de tombamento, por intermédio da descrição e desenho desta poligonal aprovada e homologada pelo conselho consultivo na data de 08 de março de 1985.

Ademais, seu imensurável valor é vastamente comentado na literatura da época. O jornalista pernambucano Antônio Figueiredo, retrata o pátio de São Pedro no século XIX, assim como os bairros de Santo Antônio e São José; e o “contínuo singular” de suas edificações, bem como a expressividade barroca de suas igrejas e pátios, estes apoiados em iconografias da época.

Voltando-se um pouco para trás, nesta rua, entra-se na Travessa de São Pedro, que conta seis casas, três de dois andares e três térreas; e mais depara-se com o largo do

⁴Grafia original mantida, contexto da década de 1930.

⁵Igreja de São Pedro dos Clérigos e Pátio de São Pedro: conjunto arquitetônico (Recife, PE), Livro de Belas Artes, Inscrição:187, Data:20-7-1938, Nº Processo:0123-T-38. Observações: O tombamento inclui todo o acervo da Igreja, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

mesmo nome. Aí está construído o templo de São Pedro, cujo interior tem forma octógona; é um dos edifícios sagrados desta cidade, onde se encontra uma arquitetura mais aperfeiçoada, [...] tem este largo dezessete casas, a saber: seis de um andar, duas de dois e dezessete térreas (FIGUEIREDO, 1992, p. 170).

Ferrez (1954) destaca a fidelidade da obra com a paisagem da época e reafirma o destaque das edificações religiosas no cenário urbano da cidade, fazendo uma análise das iconografias⁶ que retratam o Recife em panorama feito por Friedrich Hagedorn em meados do século XIX.

De modo geral, teóricos especialistas, como Bazin (1983) e Smith (2012), celebram as igrejas barrocas do Recife do século XVIII como um conjunto unificado e distintivo. Sua singularidade não se restringe apenas ao estilo, mas também à integração em uma paisagem urbana de caráter horizontal, uma característica incomum na época colonial brasileira. Nesse cenário, o Recife se destaca pela convivência marcante entre a genuinidade dos sobrados estreitos e a opulência das igrejas barrocas.

Essas estruturas faziam parte de um agrupamento de construções sacras, distribuídas em uma área onde ainda carecia de terreno sólido. Elas testemunharam o elevado status e influência das irmandades, bem como a significância das ordens religiosas na sociedade, gerando assim, um impacto significativo no processo de construção e configuração urbana na cidade do Recife.

É válido reafirmar que os pátios, para além do contexto religioso, conferem às igrejas uma aura de grandiosidade e solenidade, fazendo com que elas dominem a paisagem local como um ponto focal na perspectiva do espaço edificado. Além de servirem como locais de trânsito e interação, os pátios também eram espaços de expressão cultural e pausa na trama urbana. Essas áreas, eminentemente destinadas à socialização, desempenharam um papel fundamental ao realçar essa influência da presença religiosa na vida cotidiana da sociedade.

1.1 CAMINHOS DA COEXISTÊNCIA: O SAGRADO E O PROFANO NO PÁTIO

No Recife, assim como nas demais capitais brasileiras, confere às procissões católicas o objetivo teológico de anunciar o evangelho do Cristo para além da congregação e é uma prática que remete uma premissa bíblica seguida pela Igreja desde sua fundação. As irmandades, confrarias e ordens terceiras que realizam as missas e cortejos aos seus santos de devoção, nesses momentos, se unem numa grande celebração ao divino pelas ruas da cidade.

⁶Representação visual: gravura, pintura, fotografia, cartões postais, entre outros.

Figura 2 – Vista isométrica esquemática do pátio de São Pedro.



Fonte: Google Earth; editado pelo autor, 2023.

As festividades sagradas que tem sua hegemonia alicerçada pelas igrejas, conventos e pátios tomam as ruas nos dias santos ou em celebração de acontecimentos cristãos memoráveis, a exemplo da páscoa e o natal; passam a dividir o espaço público com as manifestações culturais de cunho popular, como os encontros boêmios e o carnaval a partir dos anos de 1950.

Ao entrar nos pátios das igrejas, sagrado e profano se realizam em um mesmo espaço público. Em cada um deles se organiza a procissão em homenagem ao santo ou à santa para quem foi erguida a Igreja (...). Neles acontecem apresentações musicais, danças dos ciclos carnavalesco, junino e natalino, da cultura negra. (...) Quem nunca foi assistir, no Pátio do Terço, na segunda-feira de carnaval, a Noite dos Tambores Silenciosos, quando se apresentam nações de maracatu do baque virado? São José: irrefutavelmente espaço sagrado e profano (LACERDA, 2021, p. 143-144).

Esses acontecimentos são vastamente noticiados pelos jornais da época que além de convocar os fiéis para a festividade, expunha a data e horário (por vezes o itinerário) da procissão. Em pesquisa na hemeroteca Digital brasileira (Banco Nacional Digital), nos seis periódicos de Pernambuco presentes no acervo, o termo “procissão” é identificado em 13 menções em 5 dos periódicos, no período entre 1820 e 1829; o mesmo termo no período entre 1830 e 1839 é identificado em 141 menções em 9 dos periódicos, entre os 25 que integram o acervo. No período entre 1850 e 1859 são apurados 1.213 ocorrências grifadas em 16 dos 36 jornais em acervo. Por fim, nos últimos anos do século XIX, entre 1880 e 1899, o termo investigado é abordado em 8 dos 34 periódicos em acervo; totalizando 1.881 menções.

Entre 1820 e 1829 as vagas referências ao termo “procissão” nos textos dos jornais vigentes em Pernambuco se dirigem as poucas atividades publicadas nesses periódicos relacionadas às igrejas e irmandades da localidade; dentre outras informações, os principais pontos abordados se dirige a população que reside nas ruas onde passará a procissão tendo como recomendação a limpeza e ornamentação das mesmas para receber “com cuidado e asseio” a festividade da fé cristã.

Em contrapartida, no período entre 1850 e 1859 observa-se uma relevante frequência nessas notificações à população pelos meios jornalísticos. Como destaque lê-se, além das recomendações feitas às pessoas de enfeitar suas fachadas nos dias de cortejo, a presença de uma parte do jornal dedicado aos anúncios da igreja católica, seja pelo clero regular ou secular,

com programações dos próximos eventos a serem realizados no contexto semanal. A publicação do horário, local de partida, chegada e o itinerário passa a ser mais recorrente e é destacado pelas irmandades que promovem cada procissão.

Os moradores das proximidades se esforçavam por intervir nesse itinerário, para fazer passar a procissão em suas ruas, inclusive porque ela atraía rendas com o aluguel das janelas de sobrados. Um anúncio de jornal fazia constar que "Deseja-se alugar uma casa, para pequena *família*, no Bairro de Santo Antônio e que seja em rua onde passem as procissões da Quaresma, dando-se *de aluguer* até 12\$000". Nos dias de procissão, o aspecto da rua era alterado na sua placidez cotidiana. A cidade recebia grandes levas de pessoas, dos arrabaldes e das vilas próximas, ansiosas para assistir a essa grandes festividades religiosas [...] A imponência da matriz e a grandiosidade da procissão que dela saía irradiavam para as ruas das freguesias por onde o cortejo passava (ARRAIS, 2002, P.183).

Presencia-se a cumplicidade da igreja com o estado, no quesito militar e por vezes de representantes políticos, nessas atividades tendo em vista os decretos e ordenações publicados pelos superiores para com os guardas de honra e soldados (tropas de guarnição) e em alguns casos houve até a chamada aos guardas nacionais da capital e sua cavalaria e com toda pompa, confere a solene festividade esplendor e grandiosidade.

Acentua-se ainda que é retratado em alguns dos periódicos (coluna de compra, aluguel e venda) o interesse de aquisição de imóveis pelas ruas onde passam as procissões dos bairros de Santo Antônio e São José. Isto denota uma clara valorização imobiliária em comparação às outras ruas da cidade.

A variedade das procissões, conforme seu propósito, é evidenciada nas publicações se diferenciando, inicialmente, em três tipos principais: as procissões sacramentadas, a procissão de transladação e a procissão de penitência. A primeira se refere às atividades anuais da igreja e seus fundamentos na fé Cristã; celebrando assim a quaresma, páscoa, advento do natal, além das festividades de cada santo de devoção (variando conforme a irmandade e a igreja erigida em sua homenagem). Nesse contexto, a procissão do enterro do Senhor ganha destaque nos jornais por ser um dos eventos mais marcantes das comemorações da semana santa católica, por simbolizar o cortejo e sepultamento do Cristo; conforme destacado por ARRAIS, 2002:

Durante a Quaresma, multiplicavam-se as procissões no silêncio da cidade. Proibia-se o tráfego de veículos na Quinta e na Sexta-feira, os pianos emudeciam, vapores e trens deixavam de acionar seus apitos. As procissões que pontuavam nesses dias eram a de Cinzas, promovida pela Ordem Terceira de São Francisco de Assis, seguida da dos martírios, do Senhor Atado, do Bom Jesus das Chagas, do Encontro, do Triunfo, dos Passos, do Enterro e da Ressurreição. A procissão do Senhor dos Passos saía da Madre de Deus na Quinta-feira de Quaresma e terminava no Corpo Santo. Entre 1789 e 1855, saía, nas noites de Quinta-feira santa, a procissão dos Fogaréus, promovida pela irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, encenando o percurso do Jesus prisioneiro levado a julgamento. Depois, um "bando de homens armados de paus e archotes, guiados por Judas entram em todas as igrejas onde houvesse o Santo Sepulcro e delas se retiram rapidamente", sucedendo-se aí, "farsa, bebedeiras, desatinos, afoitezas". A partir dos templos, a cidade se transformava num grande palco dessa teatralização da prisão de Jesus no Horto das Oliveiras (ARRAIS, 2002, p. 178 e 179).

A procissão de transladação se refere às transferências de local das santas imagens em cortejo religioso pelas ruas, iniciado pela missa solene e acompanhado pelas rezas e cânticos religiosos dos fiéis que acompanham a festividade.

Por último, a procissão de penitência referenciada nesse mesmo período em alguns periódicos acentuando que “o silêncio, a religião, e a resignação que se manifestava em todas as physionomias, dava a este acto religioso um aspecto majestoso” (Diário de Pernambuco, 25 de fevereiro de 1850). Essa procissão visa chamar a vista do divino as situações vividas pelos fiéis e são acompanhadas de vigílias, jejuns e muitos cânticos que remetem a expiação dos pecados cometidos.

No período final do século (entre 1880 e 1899) as procissões retratadas nos noticiários continuam a acontecer com grande festa de brilhantismo e pompa também para além dos bairros tradicionais do Recife (Santo Antônio e São José), como Casa Amarela, Várzea e Vitória de Santo Antão. Um fato que merece destaque nesses últimos anos do século é a implementação dos fogos de artifício que marcam o fim da festividade, além do crescimento da notificação nos periódicos das procissões dos devotos católicos pretos e pardos (Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Boa Morte). Outro fator interessante a se apresentar é a presença das procissões cívicas noticiadas pelo governo municipal e estadual nos periódicos, que por sua vez marca o acontecimento histórico da abolição da escravatura através da publicação da Lei Áurea sancionada pela princesa Isabel, em 13 de maio de 1888.

Assim como as irmandades, muitas dessas históricas procissões sucumbiram ao tempo e não sobreviveram aos dias de hoje. De modo geral esses grupos sem formação religiosa formal (leigos) unidos pela fé e caridade, se dissiparam, segundo o antropólogo Frei Tito, pois “...elas representam um catolicismo que deixou de existir.”

As novas formas de congregar impostas pelo processo de urbanização vivenciado pelo Recife no início do século XX reafirma esse fato, uma vez que o movimento de parada das ruas e avenidas em dias de festejos desagradam a muitos.

A procissão arrematava as pessoas, parava o trânsito. Hoje você está na rua com a procissão e ao lado os carros passando. O carro de som cantando, fazendo a pregação, e a buzina fazendo seu curso. Os motoristas ficam irritados e colocam a buzina para cima (AGÊNCIA BRASIL, 2016, s/p).

Apesar dos infortúnios e desmotivações, algumas dessas manifestações religiosas seculares ainda sobrevivem ao tempo à exemplo da Via-Sacra, realizada durante a semana santa, que retrata os catorze últimos acontecimentos da Paixão de Cristo, desde sua condenação até a sua ressurreição, sendo este o principal período do ano litúrgico da fé católica. As paradas que marcam cada ato, são pontuadas pelo sermão afinado com as questões sociais atuais, como as drogas e o desemprego, regada por cânticos e devoções em todo seu percurso.

O cortejo passa por importantes pontos históricos da cidade, sob o sol fervoroso recifense, terços e uma grande cruz em madeira revezada entre os fiéis até o final do trajeto. Tendo início às 8:30 da manhã, o percurso se inicia no pátio de São Pedro, seguindo ao pátio do Carmo, Camboa do Carmo, Frei Caneca, Rua da Concórdia, Rua Nova, Praça da Independência, Rua Rosário dos Pretos, Rua Duque de Caxias e Pátio do Livramento. O final da caminhada é previsto para às 11:30 da manhã com a realização da missa de encerramento na Basílica de Nossa Senhora do Carmo, no bairro de Santo Antônio, pelo Arcebispo de Olinda e Recife.

De modo semelhante acontecem outras expressões de devotos aos santos católicos que interligam ruas, avenidas, pátios e igrejas de Santo Antônio e São José. Seja pelas procissões pascais, juninas ou natalinas; os bairros se enchem de regozijo e fé com a presença dessas caminhadas que mantêm viva as tradições da igreja católica no Recife.

Além desta presença religiosa cristã, o pátio reúne parte relevante da cultura negra recifense, ademais o evento conhecido como Terça Negra que inicialmente era realizado no Pagode do Didi, localizado no centro da cidade do Recife, atrás do prédio do Correio Central, foi transferido em 2002 para o Pátio de São Pedro, onde permanece ativo até hoje. O projeto teve sua origem com o propósito de promover encontros artísticos, culturais e religiosos, com

apresentações de grupos locais que exploravam as raízes culturais afro-pernambucanas, destacando temas como resistência, preservação e valorização da cultura (PRAZERES, 2019).

Com o tempo, esse escopo se expandiu para incluir políticas públicas afirmativas já existentes, além da proposição de novas políticas reivindicadas às reivindicações do movimento negro. A Terça Negra também abre atividades como a Caminhada dos Terreiros, a Festa do Fogo e a Feira de Culinária Étnica, que têm fortalecido a participação e representação de pessoas e grupos nesse movimento cultural (PRAZERES, 2019).

O pátio de São Pedro, como símbolo local historicamente relevante para a comunidade negra, representa um espaço de intercâmbio cultural e religioso, além de expressar a diversidade das africanidades trazidas ao Brasil. A influência desse movimento musical ampliou-se e trouxe elementos da cultura negra para o Pátio, conferindo-lhe um novo significado e mantendo-o como um ponto vibrante de efervescência cultural pernambucana.

Outro fator de relevância nesse panorama cultural, é a presença das expressões afro-indígena na localidade evidenciado pelas casas de Jurema Sagrada, *Ilês* (casas de culto a orixá), afoxés e maracatus que demarcam sua territorialidade registrados desde a década de 1960 em seus ritos e devoções em encontros, caminhadas, toques e também no silêncio.

1.2 DIÁLOGO TEMPORAL: O PATRIMÔNIO CULTURAL ENQUANTO ESPAÇO RESSIGNIFICADO

Com o objetivo de sintetizar o caminho percorrido no que diz respeito às mudanças e permanência de usos⁷ no decorrer dos últimos 40 anos (1980-2020), somando-se à observação da condição atual do pátio, inicialmente pode-se dizer que dos vinte e dois imóveis analisados 68,18% apresentam mudanças em sua dinâmica de uso; enquanto 31,82%, ou seja, 7 dos imóveis analisados permanecem com as mesmas funções desde a década de 1980; enquanto 45,45% dos casos de imóveis que mudaram seu uso, encontram-se atualmente enquanto imóveis sem uso ou fechados.

A permanência de imóveis com função institucional ou cultural representa 18,18% dos usos que permanecem desde o início dos levantamentos apresentados, além deles, relevantes 27,27% remanescem com uso de comércio, serviços ou restaurantes/bares. No percentual de novos usos, destaca-se o aumento de 9,09% de imóveis com uso de comércio/serviços e de uso cultural/institucional respectivamente. Doravante o uso dos referidos imóveis, em suas adjacências destaca-se também a presença do Centro Cultural *Afoxé Oyá Alaxe* descendente do Terreiro de Mãe Amara, esta uma importante matriarca e sacerdotisa do culto aos Orixás de nação *Nagô Egbá*.

Mediante esses dados, podemos afirmar que apesar do alto percentual de imóveis fechados ou sem uso identificados nesse levantamento, observamos uma crescente tendência de imóveis em novos usos comerciais/serviços, o que, por sua vez, acompanha a coerência evidenciada na conservação/preservação da ambiência do pátio de São Pedro proporcionada pela combinação de fatores legais, históricos e simbólicos.

⁷Dados extraídos do levantamento realizado pela Autarquia de Urbanização do Recife (URB Recife) realizado na década de 1980 e levantamento realizado pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da prefeitura do Recife (DPPC Recife) realizado em 2020.

As camadas de proteção legal⁸ no contexto da área, são de extrema importância para a conservação urbanística-arquitetônica contribuindo para o bom/regular estado de conservação das edificações no pátio (a ausência de imóveis em estado precário ou de ruínas). Entretanto, observa-se a consolidada e crescente descaracterização de seu entorno, principalmente de seus elementos arquitetônicos das fachadas, por diversas frentes, sendo as demandas da publicidade comercial o principal fator de intervenções descaracterizadoras.

Outro ponto relevante a ser destacado consiste no alto percentual de imóveis vazios ou subutilizados presentes no pátio de São Pedro. 12 dos 30 imóveis que contornam o local se encontram sem uso, representando assim expressivos 40% desse total. Esse cenário preocupante cria um ambiente propício para a deterioração física dos imóveis, resultando em estruturas danificadas, infiltrações e desgastes ao longo do tempo. Esse aspecto contribui significativamente no enfraquecimento da dinâmica social e cultural do pátio, uma vez que são essas atividades que diferenciam o pátio de seu entorno; além de atrair uma crescente nos índices de violência urbana, como agravante desse processo de degradação.

A consequência mais triste dessa negligência é o esquecimento desses imóveis e a perda de suas histórias e significados. Essas edificações possuem um valor cultural, histórico e arquitetônico de grande relevância, portanto representam parte da identidade do lugar e são remanescentes de um período específico da história recifense. Contudo, o abandono os priva de usar seu máximo potencial e com o tempo, a memória coletiva sobre esses espaços gradualmente desaparece. A ausência de manutenção e cuidado enfraquece o elo entre as gerações, podendo resultar na perda de um patrimônio valioso.

A fim de evitar essa conjuntura de ruína e desmemória, é fundamental que sejam implementadas medidas para revitalizar e reocupar esses imóveis abandonados. A reabilitação dessas edificações pode trazer benefícios tanto para a comunidade quanto para o desenvolvimento urbano sustentável, pois, a transformação desse espaço auxilia intimamente na promoção da cultura local e do turismo, na geração de empregos e na preservação da memória histórica do lugar. Além disso, incentivos governamentais, parcerias público-privadas e a conscientização da importância do patrimônio podem desempenhar um papel vital para a preservação desses imóveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao identificar esses fatores que geram a atual condição do pátio, volta-se ao questionamento inicial acerca de que modo essas manifestações culturais reverberam na preservação do pátio enquanto lugar de memória e da cultura pernambucana, bem como a maneira com que se relaciona com os agentes envolvidos nessas atividades. Desse modo, pontua-se que sua história, ambiência arquitetônica, localização central e significação cultural; além da inclusão de diversos grupos desempenham um papel fundamental na constituição de um local para o uso cultural.

⁸Segundo o Art. 14 da LUOS (1996), o pátio de São Pedro se insere enquanto conjunto antigo de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção seja necessária à preservação do patrimônio histórico-cultural do Município.

No entanto, reiteramos que para assegurar a sustentabilidade desse patrimônio faz-se necessário delimitar sua forma para além de sua dimensão espacial, incluindo suas complexas camadas socioculturais, bem como as permanências e mudanças apresentadas, com destaque às tendências que incidem positiva e negativamente sobre o pátio de São Pedro. A conexão intrínseca entre a territorialidade e o edificado enfatizam a necessidade de uma preservação cautelosa com vistas a garantir uma preservação duradoura dessa área. Portanto, enfatizamos a necessidade de uma investigação mais aprofundada de viabilidade, com o objetivo de explorar a possibilidade de expandir e manter a variedade de usos desse espaço histórico.

Por fim, foi possível ao longo dessa exposição perceber que a relação entre as características espaciais e seu respectivo uso resultam na já conhecida dinâmica cotidiana no local, no qual, o espaço de passagem do dia-a-dia se torna um espaço de destino, seguindo a propensão espacial às práticas culturais. Para isso, faz-se necessário entender a permanência dessas atividades no pátio, no qual mesmo havendo um percentual relevante de imóveis vazios ou subutilizados, ainda tem força para sobreviver e se renovar enquanto um lugar de memória e cultura na cidade do Recife.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Procissões tradicionais tomam as ruas do Recife e Olinda durante a Semana Santa.** Recife, 25 mar 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2016/03/25/procissoes-tradicionais-tomam-as-ruas-do-recife-e-olinda-durante-a-semana-santa.htm>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ALCALÁ, André. **Centralidades urbanas como instrumento de revitalização urbana com mobilidade sustentável.** 2019. Disponível em: <https://www.caf.com/pt/conhecimento/visoes/2019/12/centralidades-urbanas-como-instrumento-de-revitalizacao-urbana-com-mobilidade-sustentavel/>. Acessado em mar de 2020.

ARRAIS, Raimundo. **Matriz, freguesia, procissões: o sagrado e o profano nos delineamentos do espaço público no Recife do século XIX.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 24, 2002.

BAZIN, German. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, v. II, 1983.

CAMPELO, Maria de Fátima de Mello Barreto; DUTRA, Isabela Duarte. São José em três panoramas: F. Hagedorn (c. 1855), A. Ducasble (1889) e J. Rodrigues (2014). In: PONTUAL, VIRGÍNIA et al. **São José: olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife.** Cepe editora, 2021.

FERREZ, Gilberto. **Iconografia do Recife, século XIX.** Exposição Comemorativas do Tricentenário da Restauração Pernambucana. Recife: Comissão Organizadora e Executiva, 1954.

FIDEM. Região Metropolitana do Recife: **Plano de Preservação dos Sítios Históricos.** Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, 1978.

FIGUEIREDO, Antônio P. de. O Recife de 1857. In: SOUTO MAIOR, Mário e DANTAS SILVA, Leonardo (Orgs.). **O Recife: quatro séculos de sua paisagem.** Recife: Fundaj, Massangana; Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de educação e Cultura, 1992, pp. 167-192.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife.** 5ª ed. São Paulo:Global, 2005.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros dos Tombos (1938-2012).** Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/guia%20de%20bens%20tombados%20atualizado%20em%202012.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023

LACERDA, Norma. Alugam-se imóveis no bairro de São José: pouco importa o valor histórico-cultural dos bens materiais. In: PONTUAL, Virgínia et al. **São José: olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife.** Cepe editora, 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória. tradução Bernardo Leitão... [et. al.]**. - 7ª ed. revista - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LIRA, José Tavares Correia de. Bairro, cidade, paisagens de memória. In: PONTUAL, Virgínia et al. **São José: olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife**. Cepe editora, 2021.

LORETTO, Rosane Piccolo. **Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife**. 2008. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2008.

MENEZES, José Luiz Mota. Atlas Histórico Cartográfico do Recife. **Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Fundaj**, 2017.

MENEZES, José Luiz Mota. **Dois Monumentos do Recife. São Pedro dos Clérigos e Nossa Senhora da Conceição dos Militares**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1984.

MENEZES, José Luiz Mota. O Recife: das origens até a chegada dos holandeses (1535-1630). In: **Recife: cinco séculos de cidade e arquitetura**. organizador: Fernando Diniz Moreira; prefácio de: João Campos; Alfredo Gomes; Moacyr Araújo - Recife: Cepe, 2022. 400p. :il. (Coleção Recife 500 anos). Disponível em: http://acervocepe.com.br/public/pdfs/RECIFE_Cinco_seculos.pdf?fbclid=IwAR3cz5kBJkQ_j5FVYSZQNptfvpHmdgEpBZEDDIMguoRxMEXYmI9p1rl87Bl. Acesso em: 01 ago. 2023.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. Artistas e artífices a serviço das irmandades religiosas do Recife nos séculos XVIII e XIX. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. **A Encomenda. O Artista. A Obra**. ed. CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Porto, 2009.

PRAZERES, Maria Lúcia Gomes dos. **Terça Negra no Recife: narrativas sobre dança, música, espiritualidade e sagrado**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Universidade Católica de Pernambuco, 2019.

RECIFE. Prefeitura da cidade do. **Lei nº 16.176/96. Estabelece a lei de uso e ocupação do solo da cidade do Recife**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1996/1618/16176/lei-ordinaria-n-16176-1996-estabelece-a-lei-de-uso-e-ocupacao-do-solo-da-cidade-do-recife>. Acesso em: 01 ago. 2023

SMITH, Robert. **Robert Smith e o Brasil: Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: Iphan, 2012.

VALADARES, Pedro Henrique Cabral. O Recife setecentista: uma cidade mascate e religiosa. In: **Recife: cinco séculos de cidade e arquitetura**. organizador: Fernando Diniz Moreira; prefácio de: João Campos; Alfredo Gomes; Moacyr Araújo - Recife: Cepe, 2022. 400p. :il. (Coleção Recife 500 anos). Disponível em: http://acervocepe.com.br/public/pdfs/RECIFE_Cinco_seculos.pdf?fbclid=IwAR3cz5kBJkQ_j5FVYSZQNptfvpHmdgEpBZEDDIMguoRxMEXYmI9p1rl87Bl. Acesso em: 01 ago. 2023.